

*UNIDOS NA LUTA E NA RESISTÊNCIA:
AS RELAÇÕES ENTRE OS MOVIMENTOS URBANOS E RURAIS NO
DISTRITO FEDERAL (1945-64)^[1]*

Leonardo Soares dos Santos*

Resumo

Este artigo focaliza o processo de produção de redes de aliança por parte das lideranças e mediadores do movimento dos posseiros do Sertão Carioca (antiga zona rural da cidade do Rio de Janeiro) com outros movimentos sociais. Com base em informações de jornais e documentos de militantes, apontaremos as razões que levaram aquele movimento a estabelecer relações com posseiros da Baixada Fluminense, moradores de favelas cariocas e setores urbanos da cidade.

Palavras-chave: Sertão carioca; Rio de Janeiro; movimentos sociais; camponeses; PCB.

Abstract

This article focus the process of production of alliance nets by leadership and mediators of Sertão Carioca's movement quatters (preciously rural zone of Rio de Janeiro) with other social movements. On the basis of newspapers and papers sources of militants, put forward reazon that take up that movement to establish relationships with Baixada Fluminense quatters, favelas cariocas residents and urban part of city.

Key words: Sertão carioca; Rio de Janeiro; social movements; peasantries; PCB.

Karl Marx dedicaria quase todo o capítulo VII de seu *O 18 Brumário* para expor as razões que teriam levado os camponeses franceses a apoiarem o golpe de Estado de caráter reacionário efetivado por Luís Napoleão em 2 de dezembro de 1851. Entre as principais razões apontadas, Marx destacava o próprio modo de vida e produção dos camponeses, que pesaria decisivamente para o seu isolamento social e político e para o seu exíguo desenvolvimento técnico e cultural. Tal ordem de raciocínio permitia que o autor caracterizasse o universo de camponês da seguinte maneira:

Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas de aldeias constituem um Departamento. A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas em um saco constituem um saco de batatas. (MARX, 1997, p. 127)

Mas, ao contrário do que possa sugerir o simplismo contido na metáfora do “saco de batatas”, a visão que Marx tinha sobre o campesinato francês era bem mais complexa. Se para o pensador alemão havia um campesinato que premido por fatores de ordem econômica se constituiria apenas numa “classe em si”, incapaz de se fazer representar politicamente e que, por conseguinte, levava-o a tomar posições conservadoras (MARX, 1997, pp. 127-8), havia também na França a figura do “camponês revolucionário”, responsável por levantes que abarcavam “metade da França”, que atraíam violenta repressão por parte do exército e que era alvo de prisões e deportações em massa (MARX, 1997, p. 128). Embora ainda ratificasse a noção do camponês sempre preso ao atraso e a toda sorte de preconceitos e superstições, Marx não deixaria de destacar que, ao apoiar Bonaparte, parte dos camponeses franceses exercia uma escolha política em defesa de interesses próprios diretamente relacionados com as “condições de sua existência social” (como a consolidação da pequena propriedade, por exemplo) (MARX, 1997, pp. 128-9). Portanto, o que ele chamava de caráter conservador não era fruto de uma essência camponesa, mas produto de um tipo de engajamento numa

determinada conjuntura política. Por outro lado, Marx não estava preocupado apenas com os camponeses que apoiaram o golpe, mas também com aqueles que o combateram. Demonstrava, assim, a percepção de que o campesinato francês não era homogêneo e muito menos estático; ao contrário, era uma classe marcada por tensões e conflitos entre os diferentes grupos que a compunham. Pois conforme ele mesmo comenta: “Sob a república parlamentar a consciência moderna e a consciência tradicional do camponês francês disputaram a supremacia”. Mas é importante que se mencione que um dos atributos desse “camponês revolucionário”, para Marx, era a sua ligação com a população das cidades (MARX, 1997, p. 129).

A mesma questão das relações entre o movimento camponês e os setores urbanos, também se fazia presente, às vezes de forma decisiva, em outros contextos. Ao lermos alguns trabalhos sobre o tema, referidos aos casos da Inglaterra (HOBSBAWM; RUDÉ, 1982), na virada do século XVIII para o XIX, e da China (CHESNAUX, 1978), Colômbia (LEGRAND, 1988) e Cuba (WOLF, 1972), no século XX, impressiona a recorrência com que aquela questão se manifesta em contextos tão distintos, seja em termos de espaço quanto de tempo. A questão de uma suposta aliança “operário/camponesa” foi também alvo de acirradas e apaixonadas discussões na Itália das primeiras décadas do século passado. É no mínimo significativo que o maior teórico do Partido Comunista Italiano, Antonio Gramsci (1987), tenha afirmado que a revolução socialista daquele país não poderia ser bem-sucedida sem que os operários do norte conquistassem o apoio dos camponeses do sul.

A própria prática atual do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra mostra o quanto essa questão ainda se mantém viva no processo de desenvolvimento e ampliação das articulações dos movimentos sociais com demais setores da sociedade civil. É por esse prisma que o MST busca insistentemente se inserir em alguns setores universitários, sindicais, da imprensa e no próprio aparelho de Estado. E esse tipo de inserção junto aos setores urbanos, longe de descaracterizar sua legítima condição de ser um dos principais representantes dos trabalhadores rurais brasileiros, traduz exatamente a sua capacidade em estabelecer redes de apoio no interior da

sociedade civil e de se consolidar como uma força social capaz de influir no quadro de correlação de forças políticas do país. Essa é uma das razões que legitimam o fato do movimento apresentar a Reforma Agrária não como um objetivo particular de um grupo ou setor da sociedade, mas como um elemento central na construção de um (novo) projeto de Nação:

As organizações populares que lutam pela Reforma Agrária no país, têm a clareza de que essa reivindicação não acontece isoladamente. Ela deve estar vinculada à construção de um projeto popular de desenvolvimento nacional que inclua soberania, solidariedade, sustentabilidade e democracia popular.

É impossível desenvolver um amplo programa de reforma agrária sem que ele esteja ligado a um projeto de desenvolvimento nacional. E esse é um dos problemas atuais^[2].

Essa questão ou problema também apareceria de forma muito clara no movimento de luta pela terra dos “pequenos lavradores” do Sertão Carioca (antigo nome da zona rural da cidade do Rio de Janeiro). A fim de pressionar por medidas que viabilizassem a resolução de problemas como ameaças de despejo, violências praticadas por capangas a mando de “grileiros”, expansão desenfreada de loteamentos urbanos, prejuízos causados pela atuação dos “intermediários” no comércio de gêneros, falta de assistência técnica e de apoio financeiro por parte dos poderes públicos; várias comissões de “pequenos lavradores” se dirigiram ao centro do Distrito Federal para promover diversos atos diante da Câmara Municipal, da Câmara Federal dos Deputados, do Palácio Monroe (Senado Federal) e até mesmo do Palácio do Catete (sede do Executivo nacional). Não raro eram tentadas audiências com outras autoridades como alguns ministros de Estado, o chefe de Polícia da cidade e o próprio prefeito. Em tais oportunidades eram entregues pessoalmente aos representantes dos diferentes poderes legislativos vários memoriais contendo reivindicações e propostas, denúncias de violências que diziam ser vítimas; ocasionalmente ocupavam-se as galerias da sede do legislativo municipal, às vezes a convite de um vereador da Casa. Mas o fundamental é que ao levar seus problemas e reivindicações ao conhecimento das principais autoridades políticas que atuavam na capital da República, aqueles agentes também visavam ter reconhecidas suas demandas enquanto direitos legitimamente conquistados ao longo de anos de sacrificante trabalho na terra e que naquele

momento se encontravam ameaçados. Outras ações foram promovidas nesse mesmo sentido. Uma delas seria as inúmeras “visitas” às redações de jornais, tanto da pequena imprensa (jornais comunistas, petebistas, socialistas etc.) quanto da grande imprensa (composta em sua grande maioria por jornais ditos “conservadores” como *Diário Carioca*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Brasil*).

Outra iniciativa significativa foi o esforço em estabelecer laços de solidariedade com outros movimentos sociais. Um deles era também um movimento de luta pela terra: aquele organizado pelos “posseiros” da Baixada Fluminense, região limítrofe ao Sertão Carioca. As maiores ações de aproximação com esse movimento ocorreriam nos protestos políticos realizados em conjunto diante dos centros de poder da capital. Em 1954, por exemplo, os lavradores do Sertão Carioca se dirigiram à Câmara Municipal acompanhados de delegações das Associações de Lavradores de São Bento (Duque de Caxias) e Pedra Lisa (Nova Iguaçu) (*Imprensa Popular*, 10/08/1954, p.6). No ano seguinte, lá estavam novamente juntas algumas delegações de lavradores do Sertão Carioca (Jacarepaguá, Coqueiros e Mendanha) e lavradores de Xerém (Duque de Caxias), comparecendo à Câmara Municipal do Distrito Federal e ao Palácio Monroe para reivindicarem medidas contra “grileiros” (*Imprensa Popular*, 24/05/1955. p. 4). Pouquíssimo tempo depois, lavradores de Jacarepaguá e Xerém iriam juntos à Câmara Federal realizar um protesto contra seguidas violências cometidas pela polícia (*Imprensa Popular*, 26/05/1955, p.2).

Outra “aliança” que os pequenos lavradores procurariam estabelecer seria com o movimento levado à frente pelos moradores dos morros cariocas. Estes, assim como os agricultores do Sertão Carioca, passariam a sofrer constantes e intensas ameaças de despejo a partir da segunda metade da década de 40. Despejos cuja autoria pertencia aos pretensos proprietários, também chamados de “grileiros”. Não bastasse isso, ainda eram alvo de uma série de violências praticadas pela polícia, que as cometia, seja durante as incursões contra “bandidos” e “malandros”, seja durante o momento em que cumpria “ordens” de despejo ou reintegração de posse a favor de pretensos proprietários. Tanto num como noutro momento, o cenário produzido era sempre esse: agressões físicas, casas destruídas total ou parcialmente, ameaças de novas violências e, até, roubo de bens.

No entanto, diferentemente do que se verificaria com o movimento dos “posseiros” da Baixada Fluminense, os pequenos lavradores cariocas não chegariam a estabelecer relações de aliança com os movimentos de moradores de morros da cidade que tivessem implicado na realização de ações políticas em conjunto. O ocorrido neste caso se assemelha em muito com o que Clifford Geertz verificaria ao analisar as “alianças” entre os vários *negaras* (Estados ou Reinos) da ilha de Bali. O autor pôde perceber que os elementos que compunham tais alianças estavam menos referidos a condições sociais ou estruturais e mais a fatores de conteúdo propriamente cultural e simbólico (*status* de honra, sistema de observâncias religiosas e os tratados formais). Sobre estes últimos, ele diz que

sua função era conceitual e não causal. Sobre aquilo que era, na factualidade social, uma rede de relações políticas só minimamente territoriais, desordenadas e longe de estarem regionalmente integradas, eles imprimiram um esquema categorial geral, um estereótipo cultural que à força de uma simplificação radical e com livre recurso à ficção legal, fez com que essa rede parecesse ter uma ordem muito mais definida do que alguma vez se aproximou de ter (GEERTZ, 1991, p. 60).

Na verdade, a ação dos pequenos lavradores em promover aquele tipo de aliança política com o movimento dos morros cariocas tentava impor aos poderes públicos (Câmara Municipal e Prefeitura) a idéia de que eles e os “favelados”, por vivenciarem situações tão parecidas, deviam ter as suas demandas (especialmente aquelas referentes à posse da terra) tratadas da mesma forma. Isto em termos práticos queria dizer o seguinte naquele contexto: se a prefeitura, por meio de projetos votados na Câmara Municipal, realizava desapropriações em alguns morros da cidade, o mesmo deveria ser feito em áreas em que famílias de pequenos lavradores eram ameaçadas de despejo na zona rural. Era com base nesse pressuposto que as comissões de lavradores de Jacarepaguá, Coqueiros, Mendanha e Xerém – ou seja, lavradores do Sertão Carioca e da Baixada Fluminense – dirigir-se-iam à Câmara Municipal e ao Senado para pedir que seus integrantes fizessem, como estavam fazendo com os “proprietários” das favelas, uma investigação dos títulos de propriedade dos “grileiros” do Sertão Carioca.

Embora a aproximação com os movimentos dos morros cariocas tivesse como principal objetivo obter dos poderes públicos a mesma atenção dispensada ao “povo das favelas”, havia outros motivos, não tão explícitos e que só mediante a reconstituição da trajetória de luta dos “trabalhadores favelados” é possível serem visualizados.

Como já foi mencionado, moradores de dezenas de morros localizados no então Distrito Federal e também em Niterói (Morro da Independência, por exemplo), já há muito convivendo com os problemas das constantes incursões (as *Blitz*, também chamadas na época de “razias”^[3]), passariam a sofrer também com ameaças de despejo intentadas na justiça por pretensos proprietários desses morros a partir da segunda metade da década de 40. Pretensos proprietários que na verdade, segundo os jornais comunistas diziam, seriam “grileiros”.

Porém, esse termo, além de apontar para a condição ilegal própria de quem, utilizando-se de documentos ilegais, estaria “roubando” terras que eram de propriedade da União, também procurava traduzir a situação e a atuação ilegítima de quem cometia violências com a ajuda dos “beleguins da polícia” contra os moradores desses morros. É o que parecia acontecer em 1950 no Morro da Coroa, onde policiais a mando do “grileiro” panamenho Homero Icaza Sanches, estariam cometendo “as maiores brutalidades” contra seus moradores, “destruindo barracos, agredindo senhores, espalhando terror”. Sanches, que era cônsul do governo panamenho, lutava na justiça pelo reconhecimento do domínio da propriedade com Edith Bastos Vieira, outra “grileira”, como então faziam questão de chamá-la. Imediatamente depois de ter ganhado a ação, Sanches ordenou o despejo dos antigos moradores. Segundo o jornal *Imprensa Popular* assim se transcorreria o cumprimento de tal ordem: uma moradora, D. Wanda Garcia da Silva, afirmava ter sido a sua casa derrubada com ela dentro e os policiais ainda lhe teriam dito, “numa revoltante zombaria /.../ que ela podia dormir no xadrez”. Isso não foi tudo segundo o jornal:

Uma senhora em adiantado estado de gravidez, abalada com a destruição de sua residência, refugiou-se no mato, onde deu à luz (...). Outra senhora

grávida, porque se opôs à derrubada do seu barraco, recebeu do Sargento um pontapé no ventre, enquanto um policial lhe jogava em cima um armário (...). Os policiais, a mando do cônsul, derrubaram ainda o casebre de um velho paralítico das pernas, deixando-o ainda desabrigado no meio dos destroços, sem que pudesse se arrastar. Todas essas cenas causaram no povo do morro a maior indignação. (*Imprensa Popular*, 11/07/1950).

Um ano depois, cenas de igual dramaticidade se repetiriam no Morro da Liberdade, onde em mais “uma das várias ‘razias’ levadas a cabo”, a guarda municipal teria demolido vários “barracos”. Uma mãe de três crianças gêmeas teria dito a um repórter do *Imprensa Popular*: “Eu só faltei me ajoelhar nos pés deles e pedir pra não fazerem essa desgraça...”. Mesmo assim, noticiava o jornal, “seus rogos desesperados não foram ouvidos”: D. Júlia era o nome daquela mãe, teve seu “casebre arrasado”. Ao todo, listava o jornal, 100 crianças teriam ficado desabrigadas. Além disso, bens teriam sido roubados. Até a bica existente no local teria sido arrancada pelos policiais que efetuaram a ação de despejo[4].

Situação semelhante à dos casos citados acima também se verificariam nos Morros do Borel, dos Cabritos, Cais do Porto, do Cantagalo, da Catacumba, da Coroa, do Dendê, do Esqueleto, da Mamona, do Pavão, do Pau Fincado, do Santa Marta, do Simão, do Sossego, da União, do Saci e outros.

Os prejuízos e agressões de toda ordem sofridas por aqueles moradores eram sem dúvida a face mais dramática veiculada pelos noticiários da imprensa carioca, mas não era a única. Igualmente intenso foi o empenho desses moradores em promover ações que garantissem os seus direitos, principalmente o de continuar habitando as terras por eles ocupadas. As principais dessas ações talvez tenham sido as freqüentes idas ao centro da cidade para exatamente reivindicarem aquilo que entendiam como sendo direitos inquestionáveis. É interessante notar que as idas por parte desses moradores a lugares como Câmara Municipal e tribunais de Justiça, são anteriores às primeiras idas de lavradores do Sertão Carioca[5]. Essas “visitas” aconteciam invariavelmente quando estava prestes a expirar o prazo de retirada dos moradores das casas, conforme estipulado na ação de despejo. Foi o que aconteceu em abril de 1951, quando moradores do Morro do Simão

se dirigiram à Câmara Municipal “a fim de solicitar a interferência daquela Casa no sentido de ser sustada” a ordem de despejo que contra eles pesava. Os manifestantes, que conduziam cartazes com os dizeres: “ABAIXO A CONTRAFÉ DO JUIZ”, “NÃO TEMOS ONDE MORAR”, “TENHAM PENA DE NOSSOS FILHOS”, “MULHERES, VELHOS E CRIANÇAS SEM CASA”, receberam de alguns vereadores que os recepcionaram “a promessa de que será apresentado naquela Casa /.../ um projeto de desapropriação dos terrenos do Morro do Simão”. Mas era preciso que antes os moradores conseguissem suspender a decisão judicial de despejo ou, ao menos, pedir o adiamento de sua execução^[6]. Foi o que conseguiram poucos dias depois.

Para os moradores dos morros, esse novo prazo era fundamental, já que possibilitava que a Câmara Municipal discutisse e votasse o projeto de desapropriação do morro. Tal iniciativa de pressionar o poder judiciário (pela sustação da ordem de despejo) e o poder legislativo da cidade (pela aprovação do projeto de desapropriação e que incluía a Câmara Federal) seria uma constante por toda a década de 50. Só em 1954, os moradores dos Morros do Dendê, da União, do Borel e da Santa Marta conseguiriam fazer com que a Câmara Municipal aprovasse seus respectivos projetos de desapropriação^[7]. Esse tipo de ação tinha se tornado tão freqüente desde o início da década de 50 que os próprios participantes perceberam a necessidade de aperfeiçoar a estruturação do movimento. Nesse sentido, em 21 de abril de 1954 seria criada - com grande impulso de seus advogados, como Magarino Torres – a União dos Trabalhadores Favelados (NUNES, 1980).

Tais conquistas nos permitem dizer que, em que pesem as difíceis condições de vida dos “favelados”, eles constituíam naquela época um grupo com certa força no cenário político carioca, que era capaz de fazer com que os poderes públicos da cidade cumprissem com algumas de suas reivindicações. Mesmo tendo que conviver diariamente com a ameaça de violências policiais, como depredação de casas, roubo de bens e agressões físicas; com as constantes ameaças de despejo por parte dos pretensos proprietários, os moradores dos Morros demonstravam que a constante pressão frente aos poderes públicos tornava possível deter, ao menos parcialmente, as ações dos

“grileiros” e de “sua força policial”: a partir de então foi possível que se enxergasse a questão do despejo como algo que não era inexorável, mas que podia muito bem ser evitado[8]. Isso não só impulsionava outros moradores de Morros a seguirem os mesmos passos como também comunidades de outras áreas da cidade ou próximas a ela, como o Sertão Carioca e a Baixada Fluminense respectivamente.

E, ao contrário do que diz Geertz sobre as alianças políticas formalizadas em tratados pelos *negaras* balineses, as alianças com os morros, intentadas por pequenos lavradores cariocas, pareciam cumprir um importante papel de coesão interna do movimento pela terra[9]. A nosso ver, é possível que ao tentar estabelecer uma ligação, mesmo que quase exclusivamente de caráter simbólico, com um grupo de considerável força política – e que certamente reverteria em capital político para o próprio movimento de luta pela terra (as medidas de desapropriação são o melhor exemplo) –, os pequenos lavradores cariocas também buscassem consolidar uma imagem e perspectivas favoráveis do seu movimento de luta entre eles mesmos. O “exemplo” dos moradores dos morros servia como algo que indicava aos próprios pequenos lavradores - que viam a sua situação na zona rural se tornar cada vez mais difícil – que era possível uma saída, que eles podiam construir uma alternativa ao triunfo das companhias imobiliárias e a conseqüente extinção da agricultura carioca.

É claro que os dividendos políticos que se podiam obter com a consolidação de tais alianças não eram de interesse exclusivo das partes diretamente envolvidas. Em 1958, um grupo do PTB carioca, que tinha como seu principal nome o da jornalista Elza Soares Ribeiro, co-proprietária do jornal Diário Trabalhista, procuraria formalizar uma aliança entre pequenos “lavradores posseiros” e “trabalhadores favelados”. Embora pretendesse tão somente angariar algum tipo de capital político (as eleições estavam bem próximas e Elza era candidata a vereadora), o certo é que o jornal reafirmava a idéia de que houvesse uma comunidade de interesses entre lavradores e moradores de morros, justamente pelo fato dos dois grupos terem que se defender cotidianamente de “ações de despejo e possessórias, contra as

derrubadas criminosas de suas moradias ou destruição de suas plantações e contra atentados à inviolabilidade do lar” (*Diário Trabalhista*, 10/08/1958, p. 2).

Mas que outros fatores, principalmente os de ordem prática, teriam motivado os pequenos lavradores cariocas a estabelecerem relações com outros movimentos sociais?

Um deles foi certamente o fato de tal movimento ter entre seus líderes militantes comunistas cuja tarefa era justamente fomentar a criação de movimentos e organizações reivindicatórias. Vejamos os exemplos de Pedro Coutinho Filho e de Heitor Rocha Faria. Os dois eram advogados, sendo que o primeiro atuava junto aos “posseiros” de Jacarepaguá, enquanto o segundo tinha sua base em Santíssimo.

Analisemos primeiro a trajetória de “Cícero” – esse era o codinome de Coutinho Filho – cuja inserção na estrutura partidária possibilitou-lhe, entre outras coisas, atuar em diferentes campanhas e integrar a direção de diferentes organizações, favorecendo a realização de um objetivo que era muito caro ao PCB numa época de grande competição política com os setores ligados ao trabalhismo de Getúlio Vargas, especialmente o PTB: a unificação ou, ao menos, a integração desses movimentos numa frente comum de luta, de modo a fortalecer a imagem do PCB como o principal partido das classes trabalhadoras^[10]. Na prática, visava-se a garantir e fomentar diferentes formas de manifestações de apoio, solidariedade e mesmo de adesão, entre membros de diferentes lutas ou campanhas. Esse talvez tenha sido o principal capital político que Pedro Coutinho tentaria obter junto aos lavradores organizados naquelas entidades, procurando, a todo o momento, fazer com que eles encampassem as bandeiras de outras campanhas do partido e, em contrapartida, fazer com que essas outras campanhas tomassem como suas as reivindicações dos pequenos lavradores do Sertão Carioca. Essa seria sua grande tarefa ao participar como convidado especial da Assembléia organizada por posseiros de Curicica, em comemoração a uma vitória que obtiveram contra “grileiros” na justiça. Nela Coutinho teria conseguido a adesão desses posseiros à Convenção pela Emancipação Nacional, chegando a eleger para tanto uma comissão encarregada de acompanhar os trabalhos preparatórios

desse evento. Mas não sem antes assegurar a eles que “nenhuma questão de importância para a vida do país escapará à discussão e à análise” da Convenção. “Assim, os problemas mais sentidos dos Lavradores, inclusive os de Curicica, serão ventilados” (*Imprensa Popular*, 18/12/1953, p. 3).

Dois anos depois veríamos Coutinho tentar unificar a pauta do movimento dos lavradores do Sertão Carioca com a de outros movimentos, e conseqüentemente obter seus apoios. Foi o caso da reunião da Comissão Executiva do Distrito Federal Pró-Reforma Agrária, por ele presidida na sede da Liga da Emancipação Nacional. Nessa reunião ele conseguiria reunir dois deputados, algumas lideranças sindicais como Lyndolpho Silva, representantes do Sindicato dos Têxteis e representantes das Associações de Lavradores de Jacarepaguá e de Coqueiros. As medidas discutidas foram a coleta de assinaturas pela Reforma Agrária, cuja cota determinada foi de 320 mil, e a colaboração da Comissão ao II Congresso de Lavradores do Distrito Federal (*Imprensa Popular*, 16/02/1955, p. 1).

Passemos para o caso de Rocha Faria, que assim como Pedro Coutinho tinha considerável inserção em outras campanhas ou movimentos capitaneados pelo Partido. E tal como seu companheiro, também possuía neles posições de direção. Por isso, estava ele em agosto de 1951 entre os participantes da I Conferência da Associação Brasileira de Juristas Democratas, ao lado de outros juristas e advogados como Abel Chermont, Evandro Lins e Silva e Magarino Torres, o mesmo que se notabilizaria anos mais tarde pela defesa de moradores de morros ameaçados de despejo, sendo inclusive um dos fundadores da União dos Trabalhadores Favelados (UTF)[\[11\]](#). Mas foi em outro movimento, no Movimento Carioca Pela Paz, a maior frente de luta do PCB até a Campanha pela nacionalização do petróleo (“O Petróleo É Nosso”), que H. R. Faria exerceria posição de grande influência[\[12\]](#).

Na prática, o Movimento pela Paz cerrava fileiras contra a intervenção do Brasil da Guerra da Coréia (1950-53). Depois de certa indecisão nos primeiros momentos de seu segundo mandato como presidente, Getúlio Vargas parecia inclinado a ceder às pressões dos norte-americanos, dispondo-se a enviar tropas brasileiras ao *front* asiático.

Guiando-se por uma lógica idêntica à de Pedro Coutinho, Rocha Faria procurou construir canais de ligação entre esses movimentos “da cidade” e a luta dos posseiros do Sertão Carioca, de modo a fortalecer esses movimentos em conjunto, condição básica para que se pudesse extrair capital político de cada um deles em particular. Na prática tal esforço se expressava por meio de manifestações de solidariedade ou adesão, formalizadas em eventos públicos mediante votos de apoio ou simplesmente pela presença de algum “representante” de uma classe ou movimento num evento público promovido em prol de “outro” movimento. E as ligações com outros movimentos também eram fomentadas. Nesse sentido, é provável que H. R. Faria tenha sido um dos principais responsáveis para que o I Congresso dos Lavradores do Distrito Federal tenha tido em sua “mesa diretora” as presenças, além da dele, de figuras que “representavam” os mais diversos setores organizados da sociedade civil, casos de Francisco Gonçalo, presidente do Sindicato dos Têxteis; do deputado federal Roberto Morena^[13] e de “representantes” da União Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal, do Movimento Contra a Carestia e do Sindicato dos Metalúrgicos^[14].

Era de todo interesse do advogado comunista que o movimento dos lavradores cariocas se consolidasse, pois no jogo de acumulação de forças (cujo pólo gravitacional o PCB procurava ter completo domínio), ele significava o fortalecimento da Campanha pela Paz e de muitos outros movimentos. A própria direção do PCB manifestava em uma de suas “Resoluções” a idéia de que para dar impulso à Campanha Pela Paz era “preciso saber vincular essa luta às reivindicações cotidianas das massas” (*Imprensa Popular*, 14/03/1951, p. 3). Poder-se-ia dizer que quantos mais lavradores mobilizados mais nomes os “comandos” dos Conselhos locais do Movimento Pela Paz teriam em suas listas de abaixo-assinados. Torna-se então compreensível o entusiasmo com que o *Imprensa Popular* acolhe numa de suas páginas o resultado de um “comando” realizado pelo Conselho de Paz do Sertão Carioca em Barra de Guaratiba: “dezenas de camponeses” guaratibanos teriam assinado o “apelo por um Pacto de Paz” (*Imprensa Popular*, 10/07/1952, p. 4).

Anos depois, vemos tal propósito de unir forças entre os movimentos tomar proporções internacionais. De forma a mantê-la a par do que aconteceu na I Conferência dos Lavradores do Distrito Federal, H. R. Faria envia, “com toda atenção”, uma carta-informe datada de nove de agosto de 1958 à União Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas e Florestais, com sede em Via Boncompagni, nº 19, Roma, Itália. O advogado informa ainda o endereço da sede da ALFC, de modo que ela possa permanentemente colocar os “companheiros” do velho continente a par do que se passava no “Sertão Carioca: zona da lavoura do Distrito Federal”[\[15\]](#).

Aliás, percebe-se nitidamente que algumas medidas aprovadas no âmbito da Conferência foram minuciosamente concebidas pelo advogado. A forma como os detalhes são apontados, a destreza no trato das inúmeras brechas e deslizes contidos num único artigo de uma lei, não deixam dúvida sobre a autoria de Rocha Faria, provavelmente com o auxílio de um colega de profissão (Pedro Coutinho, talvez). Embora extensos esses pontos merecem ser integralmente citados:

a) Redigir lei (projeto oferecido) regulamentando o § 3º artigo. 156 da Constituição que – criou – A USOCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA, ainda ‘letra morta’ por falta de PROCESSO ESPECIAL, que exige;

b) redigir lei (projeto oferecido reformando os artigos 454/456 do C.P.C. que regula o processo da USOCAPIÃO ORDINÁRIA, simplificando-o e, especialmente, estabelecendo a ‘liminar’ de MANUTENÇÃO DE POSSE);

c) Redigir lei (projeto oferecido) reformando o artigo 371 do C.P.C. para impedir os ‘despejos’ de lavradores, coletivamente ou isolados, ‘liminarmente’ com falsa prova e falsos títulos de domínio ou títulos sem identificação da área;

d) Redigir lei (projeto oferecido) regulando o PROCESSO de declaração do ABANDONO da propriedade imóvel, (artigo 589, III do C. Civil);

e) Redigir lei (projeto oferecido) reformando a lei de desapropriação dos IMÓVEIS RURAIS, não ocupados, nem explorados, havendo ‘dúvida’ entre o

domínio e a posse; ou daqueles com ações judiciais entre ‘domínio’ ou ‘pretendido domínio’ e ‘posseiros’.

Decretar a – desapropriação – e imediatamente iniciar processo – administrativo – com a intervenção das partes interessadas, para exame:

- da real validade do título;
- não se ter verificado o ‘abandono’;
- indenização de benfeitorias;
- impostos e taxas devidos;
- com suspensão imediata das ações em curso.

Mas, é verdade, havia muitos outros agentes engajados na consolidação e organização de alguns dos movimentos rurais. Em 1953 alguns lavradores cariocas tentavam organizar o seu “I Congresso de Lavradores do Distrito Federal”. As dificuldades de realizar tal intento eram apontadas, com grande ênfase, por seus organizadores no *Manifesto de Convocação*:

Já por dezenas e dezenas de anos, trabalhamos terras no Distrito Federal. E também por dezenas e dezenas de anos vimos lutando contra a grilagem dessas terras. Temos sofrido grandes injustiças. De vez em quando temos nossas terras invadidas, assistimos há quatro meses o que aconteceu com um camponês da FAZENDA DO MEDANHA, que teve sua plantação toda arrancada por Cavalcante, o fazendeiro. Os camponeses da Fazenda dos Coqueiros, a todo instante estão a braços com a invasão das terras. Em Curicica (Jacarepaguá) foi despejado o camponês João Francês, com mais de 30 anos nas terras cultivadas. Na Fazenda do Guandu do Sapê, os camponeses também estão sendo despejados, para serem as terras usadas como praça de guerra pela Marinha /.../. E poderíamos citar vários como Sepetiba, Santa Cruz e Xerém. (*Imprensa Popular*, 09/06/1953).

Diante disso e depois “de todas estas dificuldades, depois de apelarmos para tudo e todos hoje só resta um caminho que é a nossa união e luta para

por fim a este estado de coisas”. Na mesa diretora desse conclave, cujo lema era “TUDO PELA UNIDADE DOS CAMPONESES. TUDO POR UM GRANDE CONGRESSO”, figuravam os nomes do deputado Roberto Morena, de representantes da União Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal, do movimento Contra a Carestia e do Sindicato dos Metalúrgicos.

Outro fator impulsionador era a própria dinâmica das relações geradas no contexto dos movimentos sociais da época. Para se constituir num movimento social de peso, o contexto exigia que seus integrantes fossem capazes de desenvolverem relações com outros movimentos: era praticamente impossível que naquela época um movimento imaginasse seguir em frente sem estabelecer qualquer tipo de aliança (material ou simbólica) com outros movimentos e setores.

Analisando o exemplo do movimento sindical carioca nas décadas de 50 e 60, Marcelo B. Mattos observa que eram muito comuns as “greves por solidariedade” entre categorias profissionais de diferentes regiões. Foi o caso da greve dos petroleiros do Rio, em novembro de 1963, em apoio à greve dos petroleiros de Guarapuava (MATTOS, 2003, pp. 58-9). No próprio movimento rural havia ações de solidariedade realizadas por representantes de comunidades de diferentes localidades. Como fizeram os lavradores de Barro Branco (localidade da Baixada Fluminense), que em solidariedade aos lavradores despejados de Xerém, doaram 23 dúzias de cana, 23 caixas de banana e 220 quilos de aipim (*Imprensa Popular*, 13/05/1955, p. 6) Dias depois, seria a vez dos lavradores de São João de Meriti prestarem seu apoio aos de Xerém. Havia também redes de solidariedade entre localidades de diferentes estados, como o que se verificaria no início de 1957, quando “posseiros” de Cachoeira de Itapemirim (ES) foram a uma audiência com o oficial de Gabinete do presidente Juscelino Kubitschek acompanhados de “posseiros” de Pedra Lisa (RJ) (*Imprensa Popular*, 29/02/1957).

M. Mattos também cita as greves por solidariedade em relação às lutas de trabalhadores de outras categorias do mesmo ramo, como a greve nas fábricas de bolsas, em solidariedade aos sapateiros, em 1952, ou as paralisações de ferroviários e motorneiros em apoio aos motoristas de ônibus,

em março de 1963. Houve ainda, naquele mesmo ano, a greve dos marítimos em apoio aos portuários. As greves teciam-se também entre trabalhadores de categorias muito diversas, como na greve de ferroviários da Leopoldina, em 1960, em apoio à greve dos funcionários da prefeitura de Macaé. Outros exemplos nesse sentido, só que generalizados, foram as paralisações em apoio à greve da Paridade, de novembro de 1960 e aquela contra a demissão do Comandante Paulo Mello Bastos pela Varig, em junho de 1963, realizada por aeroviários, aeronautas, ferroviários, petroleiros, marítimos e outras categorias (MATTOS, 2003, p. 60).

Isso também podia ser visto no movimento rural; não raro, categorias de lavradores promoveriam ações de solidariedade em apoio a categorias de trabalhadores urbanos. Em 1958, por exemplo, os “posseiros” de Pedra Lisa – novamente eles – enviaram mantimentos (mandioca, bananas e cana) aos diaristas demitidos pela Prefeitura de Nova Iguaçu (*Imprensa Popular*, 07/01/1958). Os pequenos lavradores de Xerém, vendo o alcance das repercussões de seu movimento, passariam a distribuir “listas de arrecadação” entre os trabalhadores de fábricas próximas da localidade (*Imprensa Popular*, 14/05/1955, p. 6). Mas talvez mais significativo tenha sido o fato daqueles lavradores terem se alojado, quando do primeiro despejo, na sede do Sindicato dos Operários Navais (*Imprensa Popular*, 03/05/1955, p. 8).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIANCO, Lucien. Peasants and Revolution. The case of China. *The Journal of Peasants Studies*, nº 2(3), apr.1975.
- BOURDIEU, Pierre. “O Sentimento de Honra na Sociedade Cabília”. *Honra e Vergonha* – valores das sociedades mediterrânicas. Lisboa, Calouste Gulbekian, 1965.
- CHAMPAGNE, Patrick. Manifestation: la production de l'événement politique. *Actes de la Recherche*. Paris, nº 52/53, jun. 1984.
- CHESNAUX, Jean. *Movimientos campesinos en China (1840-1949)*. Madri, Siglo Veintiuno de España Eds., 1978.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 27 abr. 1954.

DIÁRIO TRABALHISTA, 10 ago. 1958.

FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins. *Antropologia e Poder*. Contribuições de Eric R. Wolf. São Paulo, Imprensa Oficial, 2003.

GEERTZ, Clifford. *Negara: o Estado teatro no século XIX*. Lisboa, Difel, 1991.

GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-64)*. 1987. Dissertação (Mestrado) em Antropologia Social. Rio de Janeiro, PPGA/MN.

GRZYBOWSKI, Candido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis, Vozes/Fase, 1987.

HOBBSAWM, Eric. "Os Camponeses e a Política". In *Pessoas Extraordinárias*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

HOBBSAWN, Eric; RUDÉ, George. *Capitão Swing*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.

IMPRENSA POPULAR, jan. 1951- jan. 1958.

JORNAL DOS TRABALHADORES SEM-TERRA – edição especial, abril de 2005.

LEGRAND, Catherine. *Colonización y Protesta Campesina en Colômbia - 1850-1950*. Bogotá, Universidad Nacional de Colômbia, 1988.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1983.

_____. *A Chegada do Estranho*. São Paulo, Hucitec, 1993.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Greves e Repressão Policial ao Sindicalismo Carioca*. Rio de Janeiro, Aperj/Faperj, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro, Fase, 1989.

_____. *Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses. Comunistas e a constituição de classes no campo*. 1995. Tese (Doutorado) apresentada ao IFCH. Campinas, Unicamp.

NUNES, Guida. *Favela: resistência pelo direito de viver*. Petrópolis, Vozes, 1980.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. *Os "Combatentes da Paz": a participação dos comunistas brasileiros na Campanha pela Proibição das Armas Atômicas (1950)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Niterói, UFF.

RYNSZPAN, Mário. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-64)*. 1987. Dissertação (Mestrado) em Antropologia Social. Rio de Janeiro, PPGA/Museu Nacional.

RODRIGUES, Leôncio Martins. "O PCB: os Dirigentes e a Organização". In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira B - O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, 1986.

SANTOS, Leonardo Soares dos. *Um Sertão entre Muitas Certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro: 1945-1964*. 2005. Dissertação (Mestrado). Niterói, UFF.

WOLF, Eric. *Las Luchas Campesinas del siglo XX*. México, Siglo Veintuno, 1972.

Notas

^[1] Esta é a versão ligeiramente modificada do trabalho apresentado em outubro de 2005 no / *Colóquio sobre Questão Agrária*, no Departamento de História da UFF.

* Pesquisador do Observatório Fundiário Fluminense/UFF. Endereço eletrônico: leossga20@yahoo.com.br .

^[2] *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* – edição especial, abr. 2005, p. 4. Uma outra visão sobre a relação entre os movimentos camponeses e setores urbanos no Brasil, só que tomada por um prisma inteiramente negativo – já que haveria uma permanente tensão entre os “verdadeiros” interesses dos camponeses e os interesses “ocultos” ou “inconfessáveis” dos setores urbanos que apoiariam aqueles -, é exemplarmente formulada por Martins (1983; 1993).

^[3] O significado de tal palavra no dicionário revela de forma impecável os pressupostos que orientavam – e ainda orientam - a ação das forças policiais em relação aos Morros cariocas. Razia: “incursão predatória em território inimigo” (*Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, grifo meu).

^[4] *Imprensa Popular*, 04/04/1951. Um ponto que merece ser destacado – e aprofundado em futuras pesquisas – é o fato dos noticiários dos jornais sobre violências policiais “a mando de grileiros” contra as populações das “favelas” procurar quase que somente enfatizar na condição de vítimas dessas violências as figuras da mulher (especialmente as que eram mães e/ou grávidas), da criança e do “velho”(principalmente aqueles que não tinham condição nem mesmo de andar). É provável que residisse nesse tipo de enfoque do jornal uma estratégia para deslegitimar as ações da polícia, as decisões da justiça e, por consequência, as pretensões daqueles que se diziam donos das terras: ao agredir pessoas que não tinham condições de responder às agressões, o seu autor certamente seria visto como alguém que não era digno de respeito, ou em outras palavras, alguém desprovido de honra. Ver a esse respeito Bourdieu (1965).

^[5] Exceto a ida à Câmara Municipal realizada em 1946, como também à Câmara Federal para entrega de um memorial com as reivindicações de “todos” os pequenos lavradores do Distrito Federal.

^[6] “Boletim Reservado nº 68 - 17/04/1951”, D. 298c, fl. 1. APERJ.

^[7] *Diário de Notícias*, 27 de abril de 1954; *Imprensa Popular*, 06/07/1954.

^[8] Para a análise da mesma questão, só que referida ao caso da Baixada Fluminense, ver Grynspan (1987).

^[9] Sobre os tratados balineses, diz o autor: “tal como as outras expressões de aliança transversal, funcionavam de uma maneira peculiarmente negativa e quase perversa. Em lugar de criarem unidade política, forneciam um rico dicionário de “razões” – um insulto delicado, uma observância ritual negligenciada, um presente inadequado ou uma vaca confiscada -, com as quais se podia justificar e compreender a quase completa falta de uma tal unidade.” (GEERTZ, 1981, pp. 62-3).

^[10] Podemos dizer que o PTB foi o grande adversário do PCB no interior do movimento sindical em particular, e no âmbito das esquerdas em geral, de 1945 a 1955. O suicídio de Vargas e a comoção nacional por ele causado farão com que os comunistas comecem a se aproximar dos trabalhistas. Em 1955 essa aproximação é oficializada com a criação do MNTP – Movimento Nacional Popular Trabalhista, que procurava ser na prática uma base de apoio da chapa presidencial encabeçada por J. Kubitschek e João Goulart. Nos anos subseqüentes tal aproximação resultaria ela mesma numa progressiva indiferenciação entre as linhas políticas dos dois partidos. Quando chega a década de 60, o PCB terá como principais adversários em âmbito nacional, as Ligas Camponesas de Julião e setores progressistas da Igreja Católica, como aquele ligado à Ação Popular.

^[11] Notação 2712 – DPS (27/08/1951)”, Fundo Ministério da Justiça - MJ¹ - 1313, Arquivo Nacional.

^[12] O “Movimento pPela Paz” foi na verdade um movimento de caráter mundial, que começou a tomar corpo depois do Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz, realizado na Polônia em agosto de 1948, e do Congresso Nacional dos “Combatentes da Paz”, ocorrido em novembro do mesmo ano na França. A ela seria incorporada a partir do Apelo de Estocolmo de 1950, a Campanha pela Proibição das Bombas Atômicas (RIBEIRO, 2003, p. 66).

^[13] Militante comunista; foi deputado federal entre 1950 e 1954, pela legenda do Partido Social Trabalhista (PST). Entretanto, seu nome esteve muito mais vinculado com o movimento sindical, no qual começou a se firmar em 1945, quando foi secretário da Confederação dos Trabalhadores Brasileiros, reprimida e fechada pelo Governo Dutra em 1947. Depois do término do seu mandato como deputado, continuou a atuar na frente sindical do partido, sendo inclusive o redator chefe do *Gazeta Sindical*. Com o golpe de 64, viajou para o exterior, trabalhando na Federação Sindical Mundial, com sede em Praga, lugar onde morreu, em 1978 (RODRIGUES, 1986, p. 390, nota 72).

^[14] “I Congresso dos Lavradores do Distrito Federal (1953)”, fl. 7, doc. 8, nº. 1881- Fundo DPS, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

^[15] Arquivo *Lyndolpho Silva*, Série Correspondências, CPDA.